

**O DISCURSO MÉDICO SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE
VEICULADO PELA REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS (1925-1930)**

*The medical discourse on the education of poor children in the
Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1930)*

Paula Cristina David Guimarães¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar o discurso médico sobre a educação da infância pobre no periódico mais representativo na história da educação do estado de Minas Gerais, a *Revista do Ensino*. O recorte temporal desta investigação (1925-1930) se justifica por ter sido marcado por duas reformas educacionais que aconteceram no estado: a primeira realizada em 1925, sob o governo de Mello Vianna; e a segunda, a chamada Reforma Francisco Campos, que ocorreu em 1927, sob o governo de Antônio Carlos de Andrada. Na composição dessas duas reformas, várias ações foram implementadas para a ampliação da educação da infância pobre, sendo o discurso médico um dos principais discursos voltados a regenerar e, ao mesmo tempo, evitar a degeneração desta infância para a formação das “gerações vindouras”

Palavras-chave: Educação. Infância Pobre. Discurso médico. *Revista do Ensino*.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the moral discourse on the education of poor children during the most representative phase in the history of education in Minas Gerais, the *Revista do Ensino*. The period of this research (1925-1930) is justified because it was marked by two educational reforms that took place in the state: the first reform was in 1925, under the government of Mello Vianna; and the second one, the Francisco Campos reform, in 1927, under the government of Antônio Carlos de Andrada. In the composition of these two reforms, several actions were implemented to expand the education of poor children, and the medical one of the major speeches aimed at regenerating and at the same time avoid the degeneration of childhood to the formation of “future generations”.

Keywords: Medical Discourse – Education – Poor Childhood – *Revista do Ensino*

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a infância foi pensada como formoso capital humano, que deveria ser cuidado, acompanhado e disciplinado para que frutificasse como um bom cidadão do futuro (STEPHANOU e BASTOS, 2005). O direcionamento dos planos civilizatórios para a infância justificava-se por considerar que o avançar da idade era

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Processos Socioeducativos e Práticas Escolares da Universidade Federal de São João del-Rei. Professora substituta da Universidade Federal de São João del Rei. E-mail: paulacd@yaho.com.br

inversamente proporcional à possibilidade de moldar seu corpo, seu espírito, sua moral. Porém, muitos eram os empecilhos que restringiam o pleno desenvolvimento da infância brasileira, entre eles destacava-se a pobreza. A infância pobre, considerada a mais carente em todos os aspectos da formação humana, tornou-se o foco dos diferentes discursos que propunham ações para a melhoria do país, entre eles o discurso médico.

A educação aliada à saúde foi uma constante nos discursos civilizatórios de intelectuais na década de 1920. Como aponta Carvalho (1997):

O movimento protagonizado por médicos e higienistas em favor da reforma dos serviços de saúde tem inúmeros pontos de contato com o promovido por amplos setores da intelectualidade em favor da “causa educacional”, nos anos 20. Não apenas porque ambos tinham como objetivos comuns a reforma dos serviços públicos, a modernização do país e a ampliação de possibilidades de participação política e de atuação profissional; mas, principalmente, porque saúde e educação se apresentavam, para seus agentes, como questões indissociáveis (CARVALHO, 1997, p. 283).

De acordo com Gondra (2000), a medicina ao longo do século XIX, no Brasil, reservou um lugar especial para os problemas de ordem social, incluindo-se a questão da formação sistematizada das novas gerações, isto é, da educação escolar. A medicina passou a ser vista como construtora de uma nova ordem para homogeneizar e civilizar o povo ignorante.

Apresentando-se como vanguarda da civilização, a medicina definia seu papel pedagógico pela necessidade de difusão de um saber e de uma verdade que fundamentavam a ação coordenada de todos, já que no campo médico residiria a “verdade” a ser ensinada tanto ao governo quanto à população (GONDRA, 2000, p 526).

Variadas foram as influências da medicina no campo educacional no Brasil. Nas escolas, o discurso médico esteve vinculado aos problemas de sua localização, da necessidade de edificações próprias para seu funcionamento, do ingresso dos alunos, do tempo destinado às atividades escolares, da alimentação, do sono, da roupa, do banho, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive das excreções corporais (GONDRA, 2000). Para isso, era diversa a sua difusão, realizada através de programas radiofônicos, do cinema educativo, de cartazes ilustrados, de livros específicos para as crianças², das propagandas sanitárias, das revistas de educação, entre outros tipos de impressos.

Em Minas Gerais, dentre os impressos educacionais difusores do discurso médico, destaca-se a *Revista do Ensino*, impresso oficial do estado e um dos principais dispositivos utilizados pelo mesmo para a educação da infância mineira. Assim, o objetivo deste trabalho é o de mapear, descrever e analisar o discurso médico sobre a educação da infância pobre

² Entre esses livros, podemos citar *Aventuras no Mundo da Higiene*, do escritor gaúcho Érico Veríssimo (1905-1975), publicado em 1939 e *A Fada Hygia*, do médico Renato Kehl, publicado em 1925.

veiculado pela *Revista do Ensino* entre os anos de 1925 e 1930, percebendo o “desejo de verdade”³ e as “relações de poder”⁴ que o compunham ao longo desse período.

A *Revista do Ensino* de Minas Gerais

A *Revista do Ensino* foi o periódico educacional mais representativo na história da educação do estado mineiro (BICCAS, 2008). Impresso oficial do governo do estado, o periódico possuía um caráter essencialmente pedagógico, responsável por disseminar as ações governamentais desenvolvidas na instrução escolar e também por formar e informar os professores do estado conforme os novos preceitos pedagógicos vigentes na época. Foi também o impresso educacional que circulou por mais tempo em Minas Gerais (1925 a 1971)⁵.

A utilização do impresso pedagógico como fonte para a história da educação é recente no Brasil (BICCAS, 2008), porém têm-se apresentado como campo fértil nas pesquisas na medida em que se constituiu como instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional (CATANI, 1996, 117).

O recorte temporal deste trabalho se limita aos seis primeiros anos de publicação da *Revista*, que correspondem aos anos finais da Primeira República no Brasil. Esse período, também, se destaca na história da educação de Minas Gerais devido às duas reformas educacionais que aconteceram no estado: a primeira realizada em 1925, sob o governo de Mello Vianna; e a segunda, a chamada Reforma Francisco Campos, que ocorreu em 1927, sob o governo de Antônio Carlos de Andrada. Na composição dessas duas reformas, várias ações foram implementadas para a ampliação da educação da massa popular mineira, sendo a *Revista do Ensino* o veículo principal de propagação dessas ações.

O conceito de *tecnologia de poder*, de Foucault (2002), é central na análise da *Revista do Ensino*, pois remete às formas de poder que são transferidos para suportes muitos diferentes que, por sua vez, determinam a conduta dos indivíduos, que os submetem a certo tipo de fins ou de dominação. Nesse sentido, o referido impresso, na medida em que funcionou enquanto suporte de leis, normas e recomendações para a divulgação das diretrizes educacionais almejadas pelo Estado naquela época, pode ser compreendido como uma *tecnologia de poder* que buscou atuar sobre as ações dos professores que, por sua vez atuariam na formação da infância.

Direcionada prioritariamente aos professores, mas também a diretores e demais funcionários da rede pública de ensino de Minas Gerais, a *Revista* veiculava variados discursos sobre a educação. Tais discursos eram veiculados através de artigos, poemas, avisos, conferências, leis, publicação de discursos políticos, capítulos de livros nacionais, estrangeiros e adaptados, entre outros. Entre os discursos veiculados pela *Revista do*

³ Para Foucault (2008), o discurso não descobre verdades, senão as inventam.

⁴ Sobre o poder, Foucault propõe uma visão ascendente: “o poder visto, em primeiro lugar, desde suas extremidades, desde baixo. Não como algo que se possui, mas como algo que se exerce” (*apud* CASTRO, 2009, p. 325).

⁵ O regulamento da *Revista do Ensino* estabelecia que sua publicação fosse mensal. Porém, ocorreram publicações bimestrais, trimestrais, condensação de dois ou mais números em um mesmo exemplar, e também períodos em que a *Revista* não circulou.

Ensino, destaca-se o discurso médico, mormente o higienista, que trazia, em seu bojo, ideais, prescrições e ações para educação das “infâncias”⁶ mineira, entre elas, a pobre.

O mapeamento do discurso médico na *Revista do Ensino* se tornou possível após a leitura dos 52 números publicados entre os anos de 1925 e 1930 e a catalogação dos textos⁷ que traziam, em seu interior, enunciados relacionados às questões de saúde na educação da infância. É importante destacar que um mesmo texto da *Revista do Ensino* podia trazer uma pluralidade de enunciados de outros discursos, porém, neste trabalho o interesse foi o de detectar o discurso médico. Nesse sentido, Foucault aponta que,

(...) todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância que é própria a cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor ou mesmo de um livro, o material que temos que tratar em sua neutralidade primeira é uma população de acontecimentos no espaço do discurso geral (FOUCAULT, 2008, p. 29-30).

Assim, através de “fragmentos”, muitas vezes desconexos, encontrados nos textos da *Revista do Ensino*, é que foi possível classificá-los como discurso médico. Tal classificação se tornou imprescindível durante a investigação na medida em que propiciou uma maior proximidade com o material empírico da pesquisa.

Foram identificados 136 textos que veicularam o discurso médico na *Revista do Ensino*, sendo 43 deles, relacionados à educação da infância pobre. A **Tabela I** ilustra o mapeamento do discurso médico ao longo dos seis anos delimitados para esta investigação. Nela, é possível acompanhar a quantidade de veiculações do discurso médico sobre a infância pobre em relação à totalidade de veiculações do discurso médico no periódico.

Tabela I

Número de veiculações do discurso médico e do discurso médico sobre a infância pobre na *Revista do Ensino* (1925 – 1930).

Ano de veiculação na RE	Número de veiculações do D. Médico	Número de veiculações do D. Médico sobre a infância pobre	% do D. Médico sobre a infância pobre em relação ao total de veiculações do D. Médico
1925	26	7	26,92
1926	28	5	17,85
1927	17	5	29,41
1928	15	8	53,33
1929	26	7	26,92
1930	24	11	45,85
Total	136	43	31,61

Fonte: *Revista do Ensino*. Arquivo Público Mineiro.

Legenda: D = Discurso; RE = *Revista do Ensino*

⁶ O termo “infâncias” é utilizado por Freitas e Kuhlmann (2002) para diferenciar os diferentes tipos de infância: a abandonada, a delinqüente, a pobre, etc.

⁷ Neste trabalho, a palavra texto é utilizada de forma ampla, pois se refere a todos os tipos de publicações escritas da *Revista do Ensino* como: artigos, poemas, avisos, conferências, entre outros.

A partir da **Tabela I**, percebe-se que o discurso médico foi recorrente nas páginas da *Revista do Ensino* que chegou a veicular, nos seus seis primeiros anos de circulação, 136 textos que traziam em seu cerne questões relacionadas à medicina e a educação. Percebe-se, ainda, que a infância pobre foi um dos principais alvos do discurso médico na *Revista do Ensino* no período em tela, pois 31,61% desse discurso se relacionavam a esta temática. Assim, a hipótese que guia este trabalho é que o discurso médico atuou diretamente na educação da infância pobre em Minas Gerais entre os anos de 1925 e 1930, influenciando na formação de conceitos e de ações sobre essa infância.

O discurso médico na *Revista do Ensino*

O discurso médico se apresentava, nas páginas da *Revista do Ensino*, de diferentes formas. Ele foi veiculado através de artigos escritos por médicos sobre a importância da saúde entre as crianças na escola; através de conferências e discursos proferidos por políticos da época e que elegiam a atuação médica nas escolas a melhor forma de promover a saúde entre a infância mineira; em propagandas de produtos higiênicos para as escolas como, por exemplo, a “Hygée”, “aparelho higienico⁸, esthetico, assente à educação social, creado para substituir as escarradeiras nojentas que mais serviam para provocar o hábito de cuspir” (*Revista do Ensino*, dezembro de 1929).

O discurso médico na *Revista do Ensino*, também foi veiculado através de textos traduzidos de revistas educacionais internacionais. Alguns exemplos: “Separação de alumnos suspeitos de intelligencia anormal”, publicado na revista *El Monitor de La Educacion* (Argentina), abril de 1925; “Qualidade que deve possuir uma creança que termina o curso escolar”, publicado na revista *Popular Education* (EUA), dezembro de 1925; “A escola deve ensinar aos alumnos o modo de viver”, publicado na revista *Normal Instructor and Primary Plans* (EUA), janeiro de 1926 e “A creança também pode ter influência na educação dos paes”, publicado pela revista *L'École et La Vie* (França), abril de 1926.

A publicação de produções estrangeiras na *Revista do Ensino* não se restringiu as questões da medicina na educação, mas também a outras temáticas educacionais. Este fato demonstra o interesse do governo mineiro em conhecer e participar das discussões que estavam em pauta em outros países com relação às novas ideias pedagógicas, principalmente em países europeus e norte americanos.

Também eram publicadas, ao longo das páginas do periódico, transcrições de “máximas” de autores importantes da história, que versavam sobre a importância da educação aliada à saúde:

Um corpo são, um espírito recto, uma vontade virtuosa, eis o que uma boa educação se propõe a formar: tal fim é invariável, é universal; em todos os estados, em todos os systemas, a isso tendem os paes pelos filhos; em toda a idade, em todas as condições, o homem tem necessidade de saúde, de razão e de virtude (Guizot) (*Revista do Ensino*, abril de 1927).

⁸ Foram mantidas a grafia e a pontuação originais do documento.

No processo de imposição dos preceitos médicos na escolarização da infância em Minas Gerais, a figura do “médico escolar” ou do “médico educador” foi tema central nos textos publicados pela *Revista do Ensino*. A estes, cabia vigiar o desenvolvimento da criança, “medindo-lhes o crescimento e acuidades dos sentidos, auxiliando a natureza, quer evitando excessos, quer lhes fornecendo remédios e outros correctivos” (NOVAES, Alceu de. Assistência medico - escolar. *Revista do Ensino*, março de 1925). Tal era a tarefa do médico em relação aos alunos. Tarefa essa acrescida de outras não menos importantes e graves, como o combate aos defeitos originados por uma posição viciada e longamente mantida durante as aulas, como a “escoliose, a cyphose e a myopia”. As perturbações abdominais devidas á posição assentada dos alunos durante um longo período de tempo também eram fatos observados cotidianamente. E também,

o “papo escolar”, tumefação da glândula thyreoide produzida pela posição encurvada do alumno ao escrever. O uso de roupas apertadas que não permitem a livre circulação do sangue. Os phenomenos de congestão peripherica, ainda accasionam outros males, entre os quaes as violentas “dores de dentes de escolares”, que privam as escolas da frequencia de excellentes alumnos (*Idem ibidem*).

As questões de indisciplina escolar também deveriam ser atendidas pelo médico escolar. Segundo publicação, veiculada pela *Revista*, sobre o Primeiro Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas, “toda vez que um alumno se mostrar indisciplinado, elle deverá ser encaminhado ao médico escolar para verificar-se si o alumno sofre de algum defeito orgânico removível que esteja dificultando o ensino” (As theses discutidas na memorável assembléia de educadores mineiros. *Revista do Ensino*, outubro de 1927).

A Higiene, considerada o ramo da medicina que se preocupou, sobretudo, com uma medicina do social (GONDRA, 2000), pois descrevia os objetos sociais em conformidade com os cânones dessa ciência, foi parte integrante das práticas escolares na década de 1920. O ensino de higiene nas escolas deveria acontecer a cada oportunidade e sob todas as formas. Às professoras, cabia empregar a matéria “hábitos de hygiene” em todos os momentos possíveis em suas classes. Na hora do recreio, deveria ensinar a lida com a merenda no que diz respeito às condições de asseio das mãos,

acompanhando os alumnos, diariamente ao lavabo, e dando-lhes o bom exemplo terá ela (a professora), a fim de certo tempo inculcido em seus alumnos um utillissimo habito, que certamente os acompanhara por toda a vida (MACHADO, Lucas. O papel da professora no ensino da hygiene. *Revista do Ensino*, abril de 1927).

O ensino de higiene ministrado nas escolas, também tinha a pretensão de alcançar o ambiente familiar das crianças que frequentavam o ensino público de minas. Para o médico escolar da capital mineira, Dr. Lucas Machado, um aluno poderia tornar-se um elemento de educação sanitária para seus irmãos menores, ou até mesmo para seus pais,

certa alumna, de 9 annos, mas muito bem educada disse-me uma vez ter reparado que seu pae se esquecia sempre de lavar as mãos antes das refeições e concluiu: _ “o

senhor não acha que ele pode um dia ficar doente? Este facto, que vivamente me impressionou, vem demonstrar o extraordinário alcance da instrução sanitária do alumno (*Idem, ibidem*).

Perceber-se que, ao buscar transpor a educação da infância para o meio em que vivia, a escola passou a funcionar como um dispositivo de transformação da sociedade. Como nos chama a atenção Faria filho (2008), a escolarização passa a ser entendida em um sentido mais amplo, “a configuração e a difusão da instituição escolar no mundo moderno realizam-se, também, pela crescente ampliação da influência desta para muito além dos muros da escola” (FARIA FILHO, 2008, p. 78). Segundo o autor, trabalhar nessa dimensão significa reconhecer fenômenos os mais diversos, como, por exemplo, uma indústria editorial voltada para o mercado escolar, aqui reconhecida a *Revista do Ensino*. Também significa reconhecer um conjunto de outras dimensões sociais que foram influenciadas pelo fortalecimento do esforço escolarizador, aqui o processo de higienização da família mineira.

A Eugenia, vista, na década de 1920, como ciência que estudava a reprodução, o melhoramento e a saúde da raça humana (MARQUES, 1994), também marcou presença nos debates educacionais em Minas Gerais nesse período. No governo Mello Vianna (1924-1926), que já havia instituído o “Código de hygiene” pela Reforma Educacional de 1925, a eugenia foi vista como a “nova sciencia”, que merecia do estado mineiro “beneficas atenções”:

Se nossos educadores tiverem em vista a necessidade imperativa de imitarmos a Inglaterra e a Allemanha, especializando-se no estudo da Eugenia, o que vale dizer no estudo dos fatores que influem sobre a qualidade das raças, terão dado um grande passo para a solução, por processos directos, do importante problema da educação em geral (GOMES, Lindolpho. A Eugenia. *Revista do Ensino*, março de 1925).

A influência direta da eugenia nos aparelhos educativos de Minas Gerais se faria através de sua inserção nos programas das “aulas normaes” que formaria e informaria aos professores sobre os novos preceitos dessa ciência. As Escolas Normais foram consideradas o lugar mais apropriado para o desenvolvimento desses estudos, como verdadeiros laboratórios para a formação dos elementos que direta e preponderantemente atuariam no organismo educacional.

Outro ponto importante a se destacar são os autores responsáveis pelo discurso médico na *Revista do Ensino*. Estes vinham dos mais diferenciados ramos da atuação profissional da época: médicos, professores, políticos, juristas, entre outros. Isso demonstra que, além de estar imersa nas questões educacionais do período, a medicina teve seus preceitos difundidos não somente por profissionais da saúde da época, mas por todos aqueles que acreditavam na verdade da ciência médica para a promoção de uma sociedade melhor. Porém, esse desejo por uma sociedade melhor, só teria sucesso se alcançasse a massa da população mineira, considerada a mais carente em todos os aspectos da formação humana.

“Para a regeneração da creança”: o discurso médico veiculado pela *Revista do Ensino* sobre a educação da infância pobre

Na luta contra um inimigo comum nas primeiras décadas do século XX, a doença, o estado de Minas Gerais, seguindo os passos de outros estados e principalmente de outros países tidos como civilizados, elegeu a higienização dos costumes, motivando a profilaxia e deplorando as práticas consideradas maléficas para a formação da população mineira.

A infância pobre, considerada a mais vulnerável ao processo predatório do amontoado urbano, pela sua moradia quase sempre precária, por suas poucas condições econômicas e pela falta de formação, tanto familiar quanto escolar, foi o principal alvo das campanhas de formação higiênica pretendida pelo governo mineiro na década de 1920, que visava a formação do “homem estheta, patriota, de corpo forte, belo e são” (A medicina e a escola. *Revista do Ensino*, agosto e setembro de 1927).

Para a disseminação dos preceitos higiênicos para a formação da infância pobre nas escolas públicas mineiras, a *Revista do Ensino* foi fundamental. Através dela, pretendia-se mudar a situação de saúde dessa infância, transformando seus hábitos de higiene e, assim, melhorando sua saúde. Esta transformação seria encabeçada, principalmente, pelos professores, seguido pelos demais funcionários da escola, mas também por todos aqueles que pudessem contribuir com a educação dessa infância, mormente a família e a comunidade.

No estado de Minas, o serviço de “higiene escolar” visava fazer o “estudo antropológico generalizado da creança, corrigir anomalias, prescrever alimentação especial, fazer tratamentos oportunos, cogitar a condição do prédio e de acomodação da creança e por em contacto a família e a escola” (*idem, ibidem*). Em 1924, o Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais, recomendava que, na capital, haveria um médico de higiene indicado pelo governo e, nos municípios, pelos delegados de higiene. Nele, previa-se também, o atendimento odontológico e a distribuição gratuita de escovas de dente e óculos para os alunos pobres deles necessitados.

Na *Revista do Ensino*, destacava-se a falta de higiene das famílias pobres, sobretudo no tocante ao vestuário, acomodações e alimentação, sendo esta última precária, refletindo nos casos de desnutrição e, conseqüentemente, no pouco desenvolvimento físico de muitas crianças (A medicina e a escola. *Revista do Ensino*, agosto e setembro de 1927).

Através de algumas publicações da *Revista*, percebe-se que variadas foram as formas para que se promovesse a formação de hábitos saudáveis nas crianças pobres que frequentavam a escola pública mineira. A formação higiênica deveria atingir não só o corpo individualizado da criança, mas também os hábitos de seus familiares, o interesse era que o aprendizado dado à criança pobre fosse transposto para o ambiente em que vivia. Exemplo disso foi o combate realizado pelas escolas ao alcoolismo, considerado pela medicina como um dos males sociais que degeneraria a raça.

De acordo com Gondra (2002), o alcoolismo infantil se constituía prática comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sendo apontado como uma das mais importantes questões de higiene social. Em junho de 1926, a *Revista do Ensino* publicou “Como ensinar o anti-alcoolismo”, conferência dedicada ao magistério público primário e realizada pelo professor Maurício de Medeiros. Na conferência, o professor compara

o alcoolismo à tuberculose e afirma que as duas profilaxias deveriam ser semelhantes, procurando cercar, proteger e preservar a infância. Para essa ação de preservação, confia na intervenção educativa: “movei-vos vós, professoras e ensinae aos vossos alumnos, aos homens de nosso Brasil de amanhã, como o horror a esse vício póde lhes dar um lar feliz, uma vida honesta e uma pátria grande”. A degeneração mental, a dissolução da família, a desvalorização da raça e o crime eram as principais consequências apontadas por Medeiros para alertar os professores quanto a sua “importante missão”.

Dentro dessa perspectiva, incentivava-se, através da *Revista do Ensino*, a criação dos “Pelotões de Saúde”, instituição considerada “auxiliar a escola” e formada por alunos que se destacavam em seus hábitos de higiene. Os “Pelotões de Saúde” tinham como função “incutir e fixar hábitos de hygiene nos escolares e a generalizar-os na localidade” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1203, Regulamento do Ensino Primário). As crianças pobres foram os principais alvos dos pelotões, seja pelas roupas de pouco trato que usavam para ir à escola, seja pela sua desnutrição aparente ou por sua conduta em relação aos hábitos de higiene. Através de cadernetas, os alunos dos pelotões de saúde faziam anotações sobre a situação de higiene de seus companheiros. Entre os seus deveres estaria o de alertar os professores sobre os maus hábitos de um aluno, ou encaminhar um aluno pobre para o serviço dentário.

A figura da mulher-mãe também ocupou parte importante no discurso médico para a educação da infância pobre na *Revista do Ensino*. Ela seria a mantenedora e transmissora da moralidade aos filhos, unificadora da família e disseminadora dos hábitos saudáveis do lar. Para os governantes mineiros seria possível, por intermédio das mães, apurar a formação higiênica da infância pobre tanto nas escolas quanto no interior das famílias mineiras, pois acreditava-se que as mães teriam, através da imagem que carregavam, o poder de transitar no mundo social.

Na *Revista do Ensino*, a figura da mãe na escola mineira foi reivindicada através de projetos que incentivavam a criação das “Associações das Mães de Família”. Essas associações deveriam

cooperar estreitamente com as autoridades escolares para o fim de levantar na escola o nível moral e de saúde, promover a matrícula e a frequência escolar, concorrer para o desenvolvimento e o progresso das instituições escolares, particularmente as destinadas a assistência aos meninos pobres (A nova escola de Minas. *Revista do Ensino*, outubro de 1928).

Era solicitado que as mães participantes dessas associações, que administrassem os recursos das caixas escolares para promoverem a alimentação e a saúde dos alunos pobres:

A escola deve manter uma pequena cozinha para fornecer uma merenda mais nutritiva às crianças pobres (...). A Associação das Mães de Família pode prestar um auxílio valiosíssimo. As senhoras dessa associação podem se encarregar de administrar a cozinha, angariar donativos, si a caixa escolar não suportar as despesas, enfim procurar todos os meios possíveis de melhorar as condições de saúde das creanças (MONTEIRO, Amelia de Castro. *Instituições Escolares*, agosto de 1929).

A associação deveria ser composta por mulheres “modelos” da sociedade mineira, ou seja, mulheres casadas, seguidoras dos preceitos religiosos da Igreja Católica e dispostas a se “sacrificarem” pela educação dos filhos. O governo se valia da fé da mulher mineira para contar com seu apoio para a formação higiênica e moral da infância pobre:

A missão da Associação das Mães de Família creou em nosso Estado um novo caminho, abriu um horizonte novo, intermino, á divina caridade. E nem sei que haja no mundo inteiro outra instituição destinada a fazer tantos milagres de bondade, de solicitude (...). A tarefa notabilíssima de proteger, de maneira tão inteligente e proficua os pobrezinhos que frequentam a escola primaria, sinto em meu coração um verdadeiro e enternecido orgulho. Cuidar da sua saude, destruir a sua miseria, encaminhal-os á aula; dar-lhes o livro e a roupinha; transformar seu pobre organismo, combalido pela miseria do lar; mudar o que poderia ser um ocioso, um delinquete, em futuro homem do trabalho (...). E tão comovente é tudo isto, tão santo é este movimento em favor dos pequeninos, famintos, semi-nús, curtindo todas as privações, dantes tão desamparados, que eu penso ver, num enternecedor symbolo um menino agasalhado por uma grande Santa, por Nossa Senhora, que o abriga debaixo do seu largo manto estrellado (PENNA, Gustavo. A Associação das mães de família e a belleza de seu programma. *Revista do Ensino*, abril de 1926).

Assim como os “Pelotões de Saúde” e as “Associações das Mães de família”, outras “instituições” foram incorporadas ao discurso médico na *Revista do Ensino*, como, por exemplo, a “Caixa Escolar”, considerada também um instrumento de saúde na medida em que prestava auxílio aos alunos pobres, dando-lhes condições de melhoria física com o fornecimento de roupas, merenda e remédios.

Considerações Finais

O trabalho ora apresentado buscou desvendar o discurso médico direcionado à educação da infância pobre em Minas Gerias entre os anos de 1925 e 1930, utilizando como fonte principal a *Revista do Ensino*, impresso que pode ser considerado um espelho das ações educacionais promovidas pelo estado mineiro.

Como verificado, grande parte do discurso médico identificado na *Revista do Ensino* esteve relacionado com a educação da infância pobre, pois esteve intimamente ligado ao desejo de higienização da massa da população mineira com vistas a regenerar e, ao mesmo tempo, evitar a degeneração dessa infância e, assim, garantir o sucesso dos projetos de civilização das gerações vindouras.

Diversos foram os mediadores do discurso médico para a educação da infância pobre presentes na *Revista do Ensino*. A mulher, na figura da mãe e da educadora foram, em grande parte, responsáveis pela disseminação do discurso da medicina. Através das “Associações das Mães de Família”, a figura da mãe foi reivindicada para contribuir com a saúde da criança pobre que frequentava a escola pública mineira, participando da formação higiênica dessa infância e se dedicando às caixas escolares. Às professoras, cabia o ensino da higiene, ensino este que deveria extrapolar os muros da escola, chegando a casa e a família da infância pobre. Percebe-se que, assim como os médicos foram figuras de

extrema importância nos projetos de uma sociedade limpa, saudável e civilizada, também mulheres, especialmente na figura da mãe e da professora, foram de suma importância nessa empreitada.

Entender o discurso médico sobre a educação da infância pobre em Minas Gerais impõe perceber as variadas relações de poder que se manifestavam no processo de escolarização dessa infância. Impõe perceber a multiplicidade desse discurso, seja através das diferentes abordagens dada à educação aliada à saúde ou dos diferentes sujeitos que ele envolvia. Impõe perceber, ainda, a crença na verdade médica pela sociedade daquela época, verdade essa que possibilitou a difusão desse discurso por todo o tecido escolar e, conseqüentemente, por grande parte do tecido social da década de 1920. Cabe perceber, ainda, que, em Minas Gerais, a falta de higiene não era somente associada à falta de saúde, mas também a pobreza da população.

Fontes

MINAS GERAIS. Leis e Decretos. Regulamento do Ensino Primário. *Coleção de Leis e Decretos*. Vol. III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1925-1930.

Referências

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação*: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 269-287.

CATANI, Denise Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, vol. 10, n. 20, p.115-130, jul. /dez., 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, Thais Nívea de Lima, VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Marco Cezar de. KUHLMANN, Moysés. *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.

_____. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar, KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. *Infância, Higiene e Educação. 28ª Reunião Anual da Anped*. Caxambu. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2005.

Recebido em Novembro de 2010
Aprovado em Março de 2011